



I Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2011)

Elinaldo Leal Santos¹

elinaldousesb@gmail.com

Weslei Gusmão Piau Santana²

wpiau@hotmail.com

ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

RESUMO: Este artigo discute o “estado do campo” da área de administração do desenvolvimento, analisando as lacunas e as possibilidades de produção acadêmica. Questiona – justifica-se um campo científico dentro da Administração para investigar as questões de desenvolvimento? Como resposta, retoma as discussões sobre a fundamentação epistemológica e praxiológica da disciplina *Administração do Desenvolvimento* como um campo necessário da Administração. Este ensaio-teórico revisa os trabalhos de Riggs (1968), Motta (1972), Caravantes (1988), Cooke (2004), Santos (2004), Martins (2004), Dlamini (2008) e Gulrajani (2009). O resultado aponta para carência de uma disciplina acadêmica que possa explicar com propriedade o papel da gestão nas ações de desenvolvimento econômico, social e ambiental em países, regiões, lugares e organizações, semelhante aos desafios propostos pela administração política (SANTOS, 2010).

PALAVRAS-CHAVE: Administração; Gestão; Desenvolvimento.

¹ Administrador (UESC), Mestre em Economia (UFBA), Doutorando em Gestão (UTAD/UFBA) e professor assistente do DCSA/UESB.

² Administrador (UESB), Mestre em Administração (UFBA), Doutorando em Administração (NPGA/UFBA) e professor assistente do DCSA/UESB.

1. INTRODUÇÃO

Com as mudanças do sistema capitalista surgem novos formatos de organizações que demandam da Administração uma reflexão sobre a sua postura frente os grandes problemas sociais. Entre as mudanças que se vive, processa-se uma revisão profunda dos modelos de desenvolvimento, até há pouco tempo vigentes. Verifica-se hoje um certo abandono das duas visões segmentadas e opostas de desenvolvimento: o modelo socialista e o modelo neoliberal. O primeiro consagrou o Estado como único agente de desenvolvimento. O segundo fez do Mercado o senhor absoluto. Pela visão contemporânea, o desenvolvimento é decorrente da ação enérgica de três agentes principais – Estado, Mercado e Sociedade. Se esse pressuposto estiver correto, a Administração terá por desafio assumir seu papel como gestora das relações sociais como um todo e não apenas das questões empresariais. Discussão que está no centro da proposta da Administração Política (SANTOS, 2010).

Entretanto, embora a discussões sobre o desenvolvimento venha sendo retomada com força, a Administração pouco pronunciou a respeito do problema. Talvez seja por falta de uma base teórica que ajude a compreender a questão, ou ainda, pelo mito da neutralidade quando diz respeito questões de ordem política. Diante do exposto, perguntamos: justifica-se um campo de conhecimento dentro da Administração para investigar as questões de desenvolvimento?

Para responder a este questionamento, consideramos pertinente retomar as discussões sobre a fundamentação epistemológica e praxiológica da disciplina *Administração do Desenvolvimento* como um campo necessário da Administração. Discussão que já teve um ponto de partida no auge dos programas desenvolvimentistas, com os trabalhos de Riggs (1968), Motta (1972) e Caravantes (1988), e que recentemente vem sendo retomada com Cooke (2004), Santos (2004), Martins (2004), Dlamini (2008) e Gulrajani (2009).

Este ensaio teórico está estruturado em quatro partes: a primeira fundamenta-se na abordagem epistemológica da Administração, com ênfase no seu objeto de estudo; em seguida, descreve o contexto histórico do nascedouro da *Administração do Desenvolvimento*; a terceira parte discute os desafios da *Administração do Desenvolvimento*; e, por fim, uma percepção sobre o futuro desta disciplina como campo de conhecimento dentro da Administração. O resultado aponta para carência de uma disciplina acadêmica que possa explicar com propriedade o papel da gestão nas ações de desenvolvimento econômico, social e ambiental, com equidade, em países, regiões, lugares e organizações.

2. BASES EPISTEMOLÓGICAS DA ADMINISTRAÇÃO

Para discutir a epistemologia da administraçãoⁱ é importante termos como referência o momento histórico do nascedoura das ciências humanas e sociais, em especial, o da ciência econômica, considerando que esta foi uma das primeiras a se desenvolver. O surgimento da ciência econômica deu-se no século XVIII, tendo como marco de referência a publicação do livro *A Riqueza das Nações*, 1776, de Adam Smith, que explica como ocorre o processo de formação da riqueza de um Estado. A obra traduz, de certa forma, os ansiosos de parte da sociedade que almejava por uma nova concepção de Estado e, conseqüentemente, por um

novo sistema econômico e social. O pensamento iluminista proporcionou o enfraquecimento do Estado Absolutista, da economia mercantilista e do poder na nobreza, fazendo assim, emergir o Estado Liberal, a economia de mercado e a classe burguesa. Verificamos que diante destas relações políticas, econômicas e sociais os paradigmas são reconhecidos e legitimados e novas disciplinas surgem. No caso da Economia, Adam Smith classifica a disciplina inicialmente como sendo economia política, mais tarde, ela passa a ser reconhecida como ciência econômica.

Economia política, considerada um ramo da ciência do estadista ou do legislador, propõe dois objetos distintos: primeiro, suprir renda ou produtos em abundância para o povo, ou, mais apropriadamente, possibilitar que provenham tal renda ou provento por si sós; e segundo, suprir o Estado ou *Commonwealth* com uma renda suficiente para os serviços públicos. Ela se propõe a enriquecer tanto o povo quanto o soberano.(SMITH, 1996, p. 413.)

Desde os economistas clássicos como: Smith, Ricardo, Malthus, Marx e Say, aos neoclássicos, keynesianos/neokeynesianos, schumpeterianos/neoschumpeterianos, institucionalistas/neoinstitucionalistas, a ciência econômica sempre trilhou um percurso epistemológico rigoroso de argumentação – teorias, leis, modelos e hipóteses, para respaldar a sua cientificidade. Entretanto, ainda existem controvérsias quanto aos métodos e as estratégias de pesquisa. Enquanto alguns aproximam a Economia das análises quantitativas, outros conservam os métodos de análises qualitativas. Embora, seja importante compreender que, enquanto todas as outras ciências têm como objeto algo que se encontra fora do sujeito, as ciências humanas têm como objeto o próprio ser que estuda. Daí ser possível imaginar a dificuldade da economia, da sociologia, da psicologia e da administração darem objetividade aquilo que diz respeito ao próprio homem, tão complexo e diferente. O próprio Thomas Kuhn (2000) frisava a fragilidade das ciências humanas como campo científico.

Comparativamente, observando a história da ciência administrativa, percebemos que o momento inicial da constituição do campo científico é influenciado pela discussão da economia neoclássica e dos efeitos de uma visão nova de mercado auto-regulado. Este direcionamento leva a criação de um campo da ciência administrativa que busca mimetizar uma base mais experimental da economia e da sociologia positivista, mais fundamentada na busca de normas prescritivas, princípios, leis e teorias. Sobre esta relação de dependência, concordamos com a visão de Reginaldo Souza Santos (2004) quando afirma:

... a ciência administrativa nasce com o advento da Escola Neoclássica da Economia, que surge com a crise do capitalismo do último quartel do século XIX e início do século XX, através do pensamento e obra de autores como William Petty, Leon Walras, Alfred Marshall, Artur Cecil Pigou, entre outros que constituíram os fundamentos da microeconomia. Com as mudanças na organização do capitalismo ocorrida ao longo do século XIX, com aparecimento de mercados imperfeitos, mediante estrutura oligopólicas e monopólicas, a tradição clássica, mais voltada para o estudo da economia política do desenvolvimento, praticamente dá lugar ao estudo do comportamento das unidades de produção e consumo, representadas pelos indivíduos, famílias e empresas. Este é o momento em que a lógica do valor trabalho é orientadamente substituída pela lógica do valor utilidade, fundada na racionalidade dos fatores econômicos e na soberania do consumidor. Então surge a economia pura baseada no método dedutivo e do positivismo científico, abandonado-se, assim, toda e qualquer subjetividade na análise dos aspectos econômicos, ou seja, de qualquer juízo de valor ou conotação ética (SANTOS, 2004, p. 23, 24).

Percebemos, então, que a citação acima ressalta uma mudança nos objetivos da ciência econômica influencia diretamente os primeiros estudos da administração. Este deslocamento se deu na mudança de foco da formação e distribuição da riqueza, para a busca da maximização da eficiência produtiva nas organizações. Neste sentido, os desdobramentos da construção do campo das ciências administrativas fortaleceram o predomínio de uma visão funcionalistas (CALDAS, 2005) e de uma racionalidade utilitária, que se iniciam com os trabalhos de Taylor e Fayol, na primeira década do século XX. Não deixamos de reconhecer que dentro do campo existem outras vertentes mais críticas e reflexivas. Entretanto, na hegemonia de um campo funcionalista e de vertente anglo-saxônico continuou forte a presença dos teóricos das ciências econômicas e de suas novas abordagensⁱⁱ. Destacamos, abaixo, algumas contribuições mais relevantes, deixando uma questão: estes autores estão discutindo economia ou administração?

Partimos das contribuições de Hebert Simon, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, com sua obra *Comportamento Administrativo* (1979). Simon construiu uma teoria para a tomada de decisões dentro de organizações. Para ele, a tarefa de decidir é composta de três etapas: 1) O relacionamento de todas as possíveis estratégias que poderão ser adotadas; 2) A determinação de todas as consequências decorrentes da adoção de cada estratégia; 3) A avaliação comparativa de cada grupo de consequências e escolha de uma alternativa entre várias disponíveis, a partir de valores pessoais e organizacionais. A escolha indica a preferência por um conjunto de consequências. No entanto, Simon alerta que mesmo a palavra “*todas*”, sendo usada deliberadamente, “é impossível, evidentemente, que o indivíduo conheça *todas* as alternativas de que dispõe ou *todas* as suas consequências” (SIMON, 1979, p.80). Estabelece assim, princípios de racionalidade limitada e de decisões satisfatórias, contrapondo o modelo racional do homem econômico. Princípios que estão na base de outros estudos como o neoinstitucionalismo econômico.

Institucionalismo que tem por base o artigo de Ronald Coase, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, em 1991, com seus estudos sobre a teoria da firma. Ele procurou responder ao questionamento sobre a origem do crescimento das firmas, propondo que elas crescerão enquanto for mais barato racionalizar os custos de transação de um determinado produto internamente do que adquiri-lo diretamente no mercado. De acordo com Coase, quando existem direitos de propriedade claramente definidos e os custos de negociação e transferência de propriedade são baixos, as falhas de mercado tenderiam a desaparecer, ou seja, a solução sempre seria aquela da economia neoclássica, qualquer que fosse. Entretanto, esta solução só será possível se duas condições forem satisfeitas: (i) clara definição dos direitos de propriedade; e (ii) baixo custo de transação como por exemplo: um sistema judicial eficiente capaz de garantir o cumprimento cabal dos contratos.

Os ganhadores do Prêmio Nobel de Economia de 2009 também podem ser elencados aqui. Oliver Williamson e Elinor Ostrom desenvolveram seus estudos sobre o processo de governança econômica onde explicam como empresas ou trabalhadores se associam para resolver problemas provenientes da competição no livre mercado. Elinor Ostrom estuda como grupos de pessoas conseguem explorar recursos naturais de forma sustentável, mesmo sem regulação do governo ou do livre mercado. Oliver Williamson pesquisou como é o processo de decisão dentro das empresas e como, às vezes, isso funciona melhor do que deixar as decisões a cargo do livre mercado. Para ele, a firma tentará reduzir os custos de transação, escolhendo a forma de organizar a atividade que for mais econômica. Essas formas

alternativas de organizar uma atividade são chamadas em sua linguagem de "estruturas de governança", e este será o critério para determinar os limites da firma, ou seja, decidir o que ela faz e o que deixa de fazer. O pensamento de Williamson questiona um dos pressupostos da teoria econômica tradicional que diz que a organização eficiente das atividades ocorre nos mercados perfeitamente concorrenciais, caracterizados pela presença de um grande número de firmas pequenas. Neste pressuposto a integração vertical não faria sentido, pois firmas especializadas aproveitam melhor a divisão do trabalho. (FURLANETTO, 2006; 2008).

Como pode ser observado acima, os estudos destes autores concentram-se em questões que dizem respeito ao aspecto de gestão. Daí deparamo-nos com a seguinte dúvida: a quem de fato cabe o estudo da gestão? Cabe à economia ou cabe à administração? Para Reginaldo Santos, existe uma impropriedade metodológica de uma corrente de pensadores da administração que equivocadamente definem a "organização" como o seu objeto de estudo e deslocam as discussões para teorias das organizações, estudos organizacionais, ciências das organizações, etc, quando pouco se fala em ciência administrativa. Embora as organizações constituam o gênero que contém elementos essenciais da gestão, elas são espaços particulares nos quais habita o objeto central da administração. "Isso, quando entedido, é permitido dizer que as organizações podem constituir-se em objeto de pesquisa em administração, mas, nunca constituem em objeto que dá *status* de ciência", afirma Reginaldo S. Santos (2004, p. 38)

Tomando como hipótese que o objeto de estudo da administração seja a gestão e não a organização, podemos entender que, enquanto campo disciplinar, a administração ocupa-se do estudo das organizações como um fenômeno social, voltando-se para preocupações mais amplas do que apenas a maximização da eficiência produtiva. Assim, enquanto fenômeno social, as organizações têm que ser analisadas de forma interdisciplinar, dialogando com outras disciplinas do conhecimento científico, sobretudo no campo das ciências sociais como a psicologia, sociologia, antropologia e a economia. Concordamos com França Filho (2004), quando coloca que a gestão representa uma variável privilegiada e fundamental do universo organizacional, pois, é dotada de atributos especiais que compreende um conjunto de princípios, técnicas e explicações formalizadas, ou não, que orienta a concepção e o modo de funcionamento de todos os elementos constituintes de uma organização. Só discordamos do seu posicionamento quando afirma que o objeto da administração continua sendo a organização. Neste aspecto, concordamos com a posição de Reginaldo Santos (2004, 2010), que avança na discussão da gestão como objeto.

O momento atual demanda que a pesquisa em administração deva ampliar o seu *locus* de investigação para além da gestão empresarial e governamental, avançando para outras modalidades de organizações e para problemas complexos como o do desenvolvimento. Necessita incorporar outras dimensões da vida social, como gestão do Estado e da Sociedade, ou ainda a gestão social (TENÓRIO, 1998; FISCHER, 2008). É preciso perceber que o papel da Administração é criar as condições que favoreçam o adequado direcionamento dos fatores produtivos para alcance dos seus objetivos. Continua pertinente a abordagem de BRESSER PEREIRA (1979), onde busca distinguir, com relativa clareza a ciência econômica da ciência administrativa. A Economia estuda a produção, circulação e distribuição de bens ao nível universal, ao nível de cada estado nacional, e, no máximo, ao nível de cada região. Por sua vez, a Administração estuda a gestão da produção e da distribuição de bens, ao nível de cada unidade econômica organizada, bem como a circulação, no mercado, dos bens produzidos ou demandados em cada organização: A Administração, entretanto, pode e deve estudar a

sociedade como todo, indo da escala local à internacional, quando o seu objetivo for a gestão dos processos produtivos. Portanto, o estudo da gestão de um Estado, de uma Sociedade ou qualquer organização, está mais diretamente vinculada a ciência administrativa, que tem avançado tanto em termos da diversidades de abordagens teóricas quanto em relação aos métodos de estudo.

3. ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: UMA VISÃO DO PASSADO

Embora ainda não exista um arcabouço teórico sistematizado sobre administração para o desenvolvimento ou *Administração do Desenvolvimento*, como preferimos denominar, é importante registrar que o campo teve origem no pós-guerra. A década de cinquenta representa a reestruturação do mundo capitalista a partir dos acordos de *Bretton Woods*, configurando instituições que disseminaram programas elaborados pelo pensamento anglo-saxão com vista a reconstruir a Europa e combater e/ou diminuir as grandes desigualdades socioeconômicas existentes em algumas regiões, conforme relataram (CAIDEN & CARAVANTES, 1988, p. 45),

(...) a administração do desenvolvimento teve sua origem nos desejos dos países ricos de auxiliar as nações pobres em seu desenvolvimento e, mais especialmente, nas evidentes necessidades dos novos Estados de transformar suas burocracias do tipo colonial em instrumentos de mudanças social.

Devemos ressaltar que esses “desejos” estavam pautados na Doutrina Truman, de 1949, que tinha o objetivo claro de combater os avanços do socialismo soviético, em um contexto de guerra fria, e defender os interesses capitalistas norte-americanos. O programa de cooperação para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos ficou conhecido como o Ponto IV, sendo instituído, em 1950, por meio do *Act for International Development*. Octavio Ianni (2009), discutindo a evolução do sistema político-econômico brasileiro, demonstra a importância da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criada no governo de Gaspar Dutra, durante os anos 1950, na formulação ideológica e na prática de uma política de desenvolvimento que promova condições institucionais para uma industrialização, como a criação do BNDE, do BNB, da Petrobrás, entre outros.ⁱⁱⁱ Claramente se forma nesse período as bases de um novo modelo de gestão do Estado, seguindo os princípios burocráticos, onde a administração do desenvolvimento ganha os primeiros contornos.

Um elemento de destaque a partir da política do Ponto IV é a experiência da *Aliança para o Progresso*. Um programa que oficialmente pretendia estreitar as relações internacionais dos Estados Unidos com os países latino-americanos através de um conjunto de ações com vista a estimular o desenvolvimento econômico, social e político desta região. O programa centrou-se em três eixos estruturantes: 1) os países participantes deveriam tomar, conscientemente, a decisão de desenvolver-se, incluindo-se aí o enfrentamento dos sacrifícios necessários; 2) os países deveriam buscar estruturas sociais adequadas para implantar o desenvolvimento e os frutos por ele gerados, devem dirigir à totalidade das populações, não se restringir às elites e; 3) deveria investir em recursos humanos necessários ao progresso social. A iniciativa para isso caberia aos Estados Unidos, as avaliações econômicas iniciais caberiam aos pesquisadores e políticos latino-americanos, conforme relatos de MATOS (2008).

Esse conjunto de ações para o desenvolvimento pode ser observado em Octavio Ianni (2009, p. 97) quando destaca o papel do Plano Salte e da Missão Abbink como propostas estadunidenses de reconfiguração das técnicas de planejamento e gestão da economia brasileira. O Plano Salte (1949-1953), também durante o governo Dutra, buscava a coordenação dos gastos públicos, com interesses nitidamente liberais, mas com ações circunscritas aos setores de saúde, alimentação, transporte e energia. Internamente, o plano foi coordenado com o apoio do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, primeiro núcleo de gestão pública profissional do país. A Missão Abbink (Comissão Mista Brasileiro-Americana), de 1948-1953, foi criada com a finalidade de promover estudos, diagnósticos e projetos para as políticas governamentais e do setor privado do Brasil e dos Estados Unidos. Claramente orientada pelo Ponto IV, a Missão tinha um ideal privatista e internacionalista que marcou a reformulação da política econômica do governo Dutra e, posteriormente, entra em choque com os ideais de industrialização e do protecionismo do Estado do novo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Entre os governos Vargas e Dutra havia conflitos claros sobre o papel do Estado nas atividades econômicas, deste modo, a hegemonia norte-americana teve um papel fundamental nos processos de industrialização e na conformação da dependência, promovendo um modelo de administração do desenvolvimento para um novo estado burocrático brasileiro.

Estas ações permitiram a introdução de modelos gerenciais de países desenvolvidos para os países em condições de subdesenvolvimento, atendendo claramente aos interesses dos primeiros. Para Paulo Roberto Motta (1972), foi a partir deste processo de transferibilidade da racionalidade administrativa que surgiu a necessidade da atuação de um campo de investigação capaz de compreender as defasagens existentes entre a elaboração de planos de desenvolvimento e a capacidade administrativa das nações subdesenvolvidas em implementar tais planos. A disciplina ganhou corpo no campo da administração pública seguindo duas direções: De um lado, constituiu um esforço de conceituação teórica, almejando integrar conhecimento de diversas áreas das ciências sociais, para formar um corpo doutrinário a fim de facilitar as explicações dos fenômenos administrativos. De outro, refletiu a preocupação com a aplicabilidade de modelos, técnicas e ferramentas gerenciais.

Pensando sobre a perspectiva africana, Musa Dlamini (2008) afirma que devido ao sucesso da implementação do Plano Marshall na Europa, as ações da Doutrina Truman passam a ser referência para elaboração de outros programas de ajuda, a partir de organizações intergovernamentais, sobretudo para países menos favorecidos da África, Ásia e América Latina. Dlamini (2008) verificou que as ações de cooperação são um instrumento de dominação dos países ocidentais desenvolvidos frente aos países do Terceiro Mundo. Assim, os países desenvolvidos tinham como pressuposto, o fato que os governos e os sistemas administrativos dos países menos desenvolvidos deveriam ser recriados, renovados e revitalizados com vista a promover o desenvolvimento necessário para transformar sociedade. Aqui, observamos a persistência do modelo teórico de desenvolvimento equilibrado, principalmente, às fases de desenvolvimento de Rostow, que posteriormente entram em conflito com os modelos de crescimento em desequilíbrio, focados nas teses de pólos, de Perroux, e de linkages, de Hirschman, fundamentais na gestão dos programas desenvolvimentista latino-americanos.

Para Dlamini (2008), a expressão “administração do desenvolvimento” nasceu justamente neste contexto, em meados de 1950. No entanto, apenas no início dos anos 1960 que ganha popularidade, com o título de “administração para o desenvolvimento.” A alteração no título, deve-se as semelhanças com a economia do desenvolvimento e a política de desenvolvimento, campos disciplinares da Economia. Dlamini considera ainda que vários autores têm contribuído para a compreensão do conceito de *Administração do Desenvolvimento* com destaque para os trabalhos de Milton Esman, G. F Gant, Bernard Schaffer e Fred Riggs, entre outros.

Porém, Roberto Motta (1972) adverte que a *Administração do Desenvolvimento* como disciplina acadêmica, tornou-se um conjunto de diagnósticos e prognósticos administrativos. As pesquisas realizadas nesse campo valorizaram excessivamente os aspectos das técnicas gerenciais e relegaram a teoria. Motta explica que as limitações para o progresso da disciplina podem ter sido provenientes de duas causas: a) quase todos os trabalhos escritos sobre o assunto procuraram confrontar formas de administração tradicional e formas de administração moderna; b) o objetivo consistia na busca da eficiência, referindo-se à redução de custos, e da eficácia, à realização de objetivos e não contemplava o conceito da efetividade como pretensão maior do desenvolvimento para promover qualidade de vida para população.

Em seu artigo seminal, Roberto Motta (1972) chega à conclusão que só haverá avanços na *Administração do Desenvolvimento* se esta passar por uma reformulação. Seria necessário: a) voltar as organizações para o objetivo primordial do desenvolvimento, buscando a relevância mediante a efetividade organizacional; b) conceber modelos de organizações mais orgânicas, flexíveis e participativas; c) buscar comprometimento valorativo das pessoas que integram as organizações, e não apenas a adesão neutra às regras burocráticas como forma de atingir resultados. Portanto, o processo de desenvolvimento na concepção de Motta é dar ênfase ao fato de que a principal finalidade da *Administração do Desenvolvimento* é a transformação qualitativa e quantitativa das vidas das pessoas. O que representa uma síntese de difícil execução em um período dominado por um governo militar, onde o crescimento econômico era mais importante que o desenvolvimento. Período tratado por Celso Furtado (1992) como uma construção interrompida, diante da dificuldade de gestar um verdadeiro desenvolvimento durante o golpe militar.

Na prática, verificou-se que nestes últimos quarenta anos a *Administração do Desenvolvimento* pouco avançou enquanto área de conhecimento. A explicação para isso é de que os primeiros estudiosos limitaram-se em apenas promover assistência técnica para a administração pública, acreditando-se que o desenvolvimento seria função da capacidade técnica de cada nação em saber gerenciar seus recursos, estruturas e instituições para lidar com a formulação e execução de planos, programas e projetos. E apesar dos processos de democratização, as décadas de oitenta e noventa tornam-se ainda mais críticas com a reestruturação nos programas de governos, baseadas numa racionalidade utilitária, deslocando o foco de uma “administração para o desenvolvimento” para um modelo de “administração para o ajuste fiscal” (MARTINS, 2004). Modelo de gestão pautado nas diretrizes do Consenso de Washington, através de um conjunto de políticas neoliberais que conduziram a reestruturação econômica e a reforma dos Estados. Essa mudança paradigmática de promoção da justiça social para a estabilidade fiscal ocorreu não apenas no campo pragmático dos programas de governos, mas também, no campo doutrinário da produção científica em vários

áreas de conhecimento, como a economia, a sociologia e a administração, com a justificativa da implantação do Estado mínimo.

Mesmo diante da hegemonia do pensamento neoliberal, o contraponto crítico não deixou de existir. Os estudos críticos e pós-modernos despontam no campo da filosofia e da sociologia com a finalidade de compreender a realidade para além do que estar posto. No campo prático os movimentos sociais manifestam seus descontentamentos, por meio da alterglobalização, das organizações anticapitalista, na busca da diversidade, na Marcha Mundial das Mulheres, na Via Campesina, na Batalha de Seattle, no fórum Mundial Social, dizendo “outro mundo é possível”. Sobre a influência deste pensamento aparece, no início da década de noventa, a corrente “pós-desenvolvimento” rediscutindo o conceito de evolução e progresso e demonstrando que as políticas de desenvolvimento tornaram-se mecanismos de controle, tanto quanto as políticas de colonização conduzidas pelos países ocidentais. Rahnema, Bawtree, Gilbert Rist, Arturo Escobar, são alguns dos principais representantes desta corrente.

Os estudos do pós-desenvolvimento permitem uma retomada na discussão da *Administração do Desenvolvimento*, porém, dentro do campo dos Estudos Críticos em Administração. Trabalhos como o de Sadhvi Dar & Bill Cooke, Jamil, Jreisat, J. Nef & Dwivedi OP, Christopher Pollitt, entre outros apontam nesta direção. No Brasil destacamos os estudos de Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Tragtemberg, Fernando Prestes Motta, Ladislau Dowbor e Reginaldo Souza Santos que tentam desenvolver um pensamento crítico frente ao modelo de desenvolvimento adotado pela a sociedade capitalista, em especial no na sociedade brasileira. Os esforços destes estudiosos representam o anseio do campo da Administração em colocar a gestão dos macroprocessos na agenda de investigação e a *Administração do Desenvolvimento* torna-se uma perspectiva renovada de leitura desta realidade.

4. ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: UMA VISÃO DO PRESENTE

No contexto internacional, autores como Sandhvi Dar & Bill (2008) e Nilima Gulrajani (2009) consideram a nova *Administração do Desenvolvimento* como um campo emergente dos Estudos Críticos em Administração. São estudos que brotam das investigações críticas sobre desenvolvimento, especificamente, nos trabalhos coordenados Escobar (2005), Esteva (1993), Rist (2001) e dos estudos críticos no campo da gestão (CALDAS, 2005). Nesta perspectiva, a gestão do desenvolvimento não pode ser vista como objeto secundário na discussão. Sua finalidade é desmistificar a visão hegemônica da racionalidade econômica sem justiça social, colocando em xeque as noções de crescimento, pobreza, necessidade, assistencialismo, distribuição, democracia, autonomia, etc, sobre o prisma de uma gestão do desenvolvimento em busca da emancipação. Diferentemente do conceito da *Administração Para o Desenvolvimento* concebido nos moldes do pós-guerra, em que a gestão do desenvolvimento era uma tarefa para especialistas que buscavam transferir aparatos ocidentais da administração weberiana para países em desenvolvimento.

Percebemos hoje um esforço dos Estudos Críticos em Gestão em incluir na agenda de investigação da ciência administrativa a gestão dos macroprocessos. De certa forma, isso passa necessariamente pela sistematização e consolidação da *Administração do Desenvolvimento* como disciplina científica. Para tanto, requer o esclarecimento do que seja o

seu objeto de estudo, das suposições acerca da realidade em que se situa, do alcance de suas contribuições e, também, dos métodos e técnicas para justificar o seu espaço na ciência administrativa.

Em princípio, encontramos divergências quanto ao nome concedido à disciplina. MOTTA (1972), nos seus estudos aplica o título *Administração Para o Desenvolvimento*, acompanhando o posicionamento de Heady Ferrel e Fred Riggs, uns dos primeiros estudiosos a questão. O mesmo nome é retomado posteriormente por MARTINS (2004) e SARAVIA (2004). Nesse caso, a preposição “para” estabelece uma relação entre as palavras, conduz o conceito da administração para um destino semântico, um ponto, um cenário, um estágio denominado desenvolvimento. A administração é vista como uma força condutora que levará a sociedade para um determinado estágio de desenvolvimento nos moldes do pensamento de Rostow cuja finalidade seria chegar na era do consumo das massas. Sobre isso lembramos Furtado no seu livro *O mito do desenvolvimento econômico* que muito sabiamente coloca:

Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-los em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 2005, p. 89-90)

Nesta visão o desenvolvimento será sempre um mito, pois, dificilmente os países Subdesenvolvidos chegarão aos padrões de consumo dos países do Primeiro Mundo, porque isso é incompatível com a disponibilidade de recursos existentes no planeta. Talvez a aplicabilidade da preposição “para” seja justificada pelo momento histórico do nascedouro da *Administração do Desenvolvimento*, quando se imaginava o desejo dos países ricos em “auxiliar” os países pobres em seu desenvolvimento. Deste modo, nos deparamos com um conjunto de teorias e práticas gerenciais, amplamente distintas, típicas dos países do Primeiro Mundo, mas, aplicadas nos países pobres, configurando uma administração prescritiva em detrimento de uma administração participativa e crítica. Sobre isso, Thomas (*apud*, COOKE 2004, p. 65) afirma que “*administração para o desenvolvimento* sempre será mais um ideal do que uma descrição da realidade.” Essa afirmação pauta-se no argumento que durante meio século, a política de boa vizinhança em todo mundo foi formulada à luz do “desenvolvimento” e dos seus mitos para alcançá-lo.

Para Cooke (2004), *Administração do Desenvolvimento* é hoje comumente conhecida como Gestão do Desenvolvimento ou como Administração e Gestão do Desenvolvimento - AGD - *Development Administration and Management*. O argumento central para essa escolha, talvez esteja pautado no questionamento sobre qual seria a função da ciência administrativa nas questões de desenvolvimento. Se tomarmos como referência a tese de Santos (2004), sobre a definição do objeto de estudo da administração, ser a gestão e não o organização, fica evidente que a contribuição da ciência administrativa nas questões de desenvolvimento deve ser o estudo da *gestão*.

Com outra visão sobre a gestão, Tania Fischer (2002) acrescenta mais um adjetivo ao título Gestão do Desenvolvimento, quando em seus estudos faz o recorte para Gestão do Desenvolvimento Social. Ela se refere às novas formas de organização da produção,

distribuição e consumo de bens e/ou serviços fora da esfera governamental e da iniciativa privada, possibilitando amplas dimensões para estudo como: Gestão do Desenvolvimento Local, Territorial, Global, entre outros. Este pensamento também é compartilhado por Fernando Tenório (1998)

Desta forma, um argumento para a escolha do título *Administração do Desenvolvimento e/ou Gestão do Desenvolvimento* vem da sistematização histórica de outras áreas de conhecimentos que também estudam as questões do desenvolvimento, como a economia, a sociologia e a psicologia. Estas, em vez da preposição “para” aplicam a preposição “do” no sentido de estabelecer uma relação de categoria de conhecimento dentro de um mesmo campo. Assim é possível falar em economia do desenvolvimento, economia do setor público, etc. Consideramos pertinente o argumento da *gestão* como objeto de estudo da administração, mas, defendemos a tese de manter o prenome da ciência no lugar do seu objeto e acompanhar a sistematização das demais áreas de conhecimento, concebendo a *Administração do Desenvolvimento* como uma subárea da ciência administrativa.

Outra questão de cunho epistemológico da *Administração do Desenvolvimento* diz respeito a sua definição. O que é? Qual a sua finalidade? E como investigar no campo da *Administração do Desenvolvimento*? Sobre isso, MOTTA (1972) considera que esta não pode se limitar apenas na busca da eficiência e da eficácia organizacionais, pois, tais indicadores não traduzem completamente os objetivos do desenvolvimento. É preciso introduzir o conceito de efetividade nos objetivos do desenvolvimento econômico e social. A efetividade administrativa significa objetivos mais amplos pautados na equidade e justiça sociais.

Caminhando também neste sentido, Cooke (2004) identifica *Administração do Desenvolvimento* como um ramo de estudos da ciência administrativa no qual o Terceiro Mundo tem que estar presente no debate. Para ele, a *Administração do Desenvolvimento* não pode ser vista apenas como prática de gestão em países em desenvolvimento. Essa visão conduz ao gerencialismo, tornando-se um instrumento de poder e prestígio de uma classe elitista de gestores que controlam o conhecimento e o acesso aos meios de produção e consumo. Ao contrário dessa lógica, é preciso praticar uma gestão do desenvolvimento que contempla a construção de um projeto coletivo de sociedade onde seja possível implementar um desenvolvimento alternativo, alternativas ao desenvolvimento e alternativas à modernidade.

E mais ainda, concordamos quando Martins (2004) afirma que as décadas de 1980 e 1990 marcam a decadência da velha *Administração do Desenvolvimento*, pois, nesse contexto histórico predominou de forma hegemônica a orientação da “administração para o ajuste fiscal”, baseada na crença de que o desenvolvimento requeria a retirada do Estado e maior autonomia do mercado. As reflexões de Martins tornam-se mais reveladoras com a crise financeira mundial de 2008, demonstrando que a crise do modelo neoliberal estabelece um novo paradigma de transformação institucional pautado na revitalização do Estado e revisão dos papéis dos organismos intergovernamentais. Por essa concepção, o Estado é visto como parte essencial da solução e não como a solução ou o problema em si. O paradigma da revitalização do estado orienta-se claramente para o desenvolvimento pensado não mais apenas como o resultado do crescimento econômico, gerado pela livre iniciativa do mercado, mas como efeito mensurado de incremento sustentável de bem-estar geral, em termos de

desenvolvimento humano e com responsabilidade social. É sobre esta ótica que surge a nova *Administração do Desenvolvimento* pautada na orientação para resultados efetivos, modelo orgânico de gestão e comprometimento dos atores sociais.

Diante do exposto, definimos a *Administração do Desenvolvimento* como um campo da ciência administrativa que tem por finalidade estudar “como” a gestão das relações sociais pode promover transformações em países, regiões, lugares e/ou organizações com vista a garantir o bem-estar geral da sociedade. Neste contexto, o desenvolvimento requer a existência do processo administrativo, bem como da implementação de reformas pautadas em valores humanísticos, solidários e democráticos. Porém, para que a *Administração do Desenvolvimento* seja reconhecida como um campo do conhecimento é necessário que tenha meios que possibilitem fornecer respostas aos problemas de natureza investigativa. São vastos os problemas sociais que precisam de um olhar sistematizado no campo da gestão do desenvolvimento, apenas para citar, deparamo-nos com problemas de gerenciamento na educação, saúde, segurança, transporte, alimentação, habitação, infraestrutura, exclusão, entre outros. Embora, esses problemas se apresentem como fenômenos reais de investigação e existem objetivamente, os estudos no campo da *Administração do Desenvolvimento* não podem se limitar ao enfoque positivista da construção do conhecimento. É preciso compreender que esses fenômenos são resultados de um processo social com base em elementos subjetivos, tais como ideologias, poder, valores, crenças, normas morais, preconceitos e sentimentos, portanto, uma construção fundamentada nos seres humanos, atores da produção e reprodução da vida social.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, precisamos avançar no debate da interação de modelos quantitativos e qualitativos, de modelos nomotéticos ou ideográficos (CASTELLS, IPOLA, 1978). Diante da complexidade das ciências sociais, a depender do problema analisado poderemos caminhar para métodos mais quantitativos ou utilizar métodos qualitativos como levantamento, observação, estudo de caso, etnografia, *grounded theory*, pesquisa ação, pesquisa participante, conforme afirmam Gil Et. al. (2008).

No campo prático, a *Administração do Desenvolvimento* caminha para uma nova forma de gestão, o da governança. Entendida como o poder compartilhado ou a ação coletiva gerenciada e transformada em categoria analítica associada a um conjunto de princípios, regras e procedimentos que a sociedade estabelece entre seus administradores, governantes e cidadãos visando um “bom governo” mediante os pilares da participação, transparência, justiça, controle, responsabilidade, eficiência e efetividade no trato com a “coisa” pública, conforme afirmam Slomski, Mello, Tavares & Macedo (2008). Em outras palavras, podemos descrevê-la como forma em que o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais de um país, uma região, um lugar ou uma organização. Nesse modelo de gestão o poder não é exercido apenas por um gestor, mas por um coletivo que pode atuar em grau maior ou menor de assimetria e tem uma carga potencial de conflitos de interesses entre atores envolvidos e entre escala de poder.

Portanto, a prática da *Administração do Desenvolvimento*, que pensamos como o futuro da gestão, deve ocorrer em um sistema de relações sociais que priorize uma negociação entre O QUE, POR QUE, PARA QUEM e COMO deve ser feito o projeto de desenvolvimento, cuja participação social deve ser valorizada em todas as etapas do processo de gestão (concepção,

elaboração, implementação e avaliação). FISCHER (2002) considera esse modelo um campo de conhecimento e espaço de práticas híbridas e contraditórias. É possível coexistir cooperação e competição; a cooperação pressupõe articulações, alianças, parcerias, pactos entre atores locais; a competição ocorre nas relações de trocas entre territórios. É possível identificar algumas experiências desse modelo de gestão, por meio de práticas como orçamento participativo, conselho setorial, redes sociais, consórcios territoriais. Além do que, as ações mobilizadoras partem de múltiplas origens e têm muitas direções, assim, as dimensões praxiológica e epistemológica estão entrelaçadas no campo da gestão do desenvolvimento.

5. ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: A Gestão do Futuro e o Futuro da Gestão

Se a segunda metade do século XX representou a reconfiguração de um mundo em bipolaridade, fechando com a hegemonia do império americano, o século XXI já demonstra marcos de uma nova era. A queda das torres gêmeas representa a vulnerabilidade do império, mas, a instituição unilateral da guerra preventiva desmoraliza o sistema ONU, suas instituições, e desrespeita os direitos humanos. A mesma globalização que promove as trocas financeiras exacerbadas, também permite a criação de uma rede mundial de humanitária e de crítica ao sistema. Críticas que levam a uma revolução por democracia e participação no mundo árabe, mobilizando a comunidade internacional. As mudanças climáticas e os desastres naturais, exibidos em uma mídia de espetáculo, conduzem às conferências cada vez mais frequentes, mas não conseguem romper com a racionalidade produtiva e utilitária do mundo capitalista. A perspectiva de poderes bilaterais volta à cena com a ascensão da China e o novo papel das nações emergentes. E, de forma mais marcante, a crise financeira de 2008, representa a reformulação do papel do estado e das propostas de desenvolvimento, levando-nos a questionar como será a gestão do futuro? E, mais ainda, como será o futuro da gestão?

Deixamos claro, que não se trata de uma discussão nova, vários pesquisadores tem se preocupado com a temática. No Colóquio Internacional sobre Poder Local, realizado em Salvador, em 2006, e nos encontros da ANPAD o tema vem sendo discutido com a participação de pesquisadores locais, como a Profa. Tania Fischer, e pensadores do humanismo crítico como Omar Aktouf e Jean François Chanlat, destacando a necessidade de repensar a gestão, com sua hegemonia funcionalista e utilitária (CHANLAT, 2000), para caminharmos por novas abordagens menos objetivas, como o interpretativismo, o interacionismo simbólico e as correntes da escola crítica. Outros fóruns temáticos também têm buscando alternativas para pensar a gestão e do desenvolvimento, como o debate sobre crises e oportunidades capitaneado por Ladislau Dowbor (2010), ou ainda, o Encontro de Garanhuns sobre administração do desenvolvimento, organizados pela UFBA e FGV, também em 2010. Assim, percebemos vários movimento que procuram discutir o futuro da gestão, que demanda a adoção de novas palavras como a intersubjetividade, a complexidade, a diversidade, a contestação, a territorialidade, a identidade, o social e, principalmente, um novo olhar sobre o desenvolvimento. (FISCHER, 2008)

O que consideramos de novo nesta discussão é que, com crise mundial de 2008, vem ocorrendo um novo consenso mundial sobre o papel do Estado, os modelos de desenvolvimento e as práticas de gestão. Este novo modelo, ainda em construção, demanda

uma participação efetiva de toda a sociedade, onde o Estado é uma peça fundamental na gestão do desenvolvimento, criando condições de regulação aos ávidos interesses econômicos da economia capitalista e permitindo a abertura de espaço para vozes esquecidas. Porém, é preciso lembrar-se das reflexões de José Saramago, de que a economia mundial consegue tirar milhões de dólares para manter o sistema financeiro em equilíbrio, mas não disponibiliza estes recursos para acabar com a pobreza e fome mundiais. E mais ainda, de acordo com Eric Hobsbawm, a história demonstra que em momentos de crise nem sempre as respostas são positivas, muita vezes, ressurgem propostas autoritárias, protecionistas, negativas. Portanto, o futuro parece abrir espaço para uma nova forma de pensar e gerir o desenvolvimento, mas ainda exige uma luta concreta para que uma nova prática se estabeleça.

Por isso, encontramos no campo internacional debates sobre administração do desenvolvimento que defendem o caminho pela escola crítica da gestão, com propostas radicais e reformistas, a exemplo de Nilima Gulrajani (2009) e Jamil Jreisat (2009) através da gestão do desenvolvimento crítico (*Critical Development Management - CDM*), como uma abordagem recente do pensamento radical sobre o desenvolvimento que está conectado com estudiosos dos estudos críticos em administração, principalmente, com aqueles que defendem a teoria do pós-desenvolvimento. Para Gulrajani, o futuro do campo da gestão de desenvolvimento pode e deve preocupar-se com uma prática de desenvolvimento não-gerenciais, que levem a conciliação entre radicais e reformistas. Assim, o desenvolvimento deve ser baseado em uma modernidade alternativa que seja realizada com um compromisso ético e uma prática política pluralista. Gulrajani conclui defendendo que um desenvolvimento radical-reformista é, portanto, teoricamente plausível e eticamente desejáveis, e pode desvendar novos horizontes para a pesquisa e a ação no subcampo que também denomina de gestão do desenvolvimento.

[O modelo crítico do desenvolvimento] pode reconhecer os efeitos de poder e conhecimento dos processos de planejamento do desenvolvimento e, simultaneamente, traduzir esse conhecimento em um compromisso com as reformas que podem alcançar uma maior igualdade, sustentabilidade e justiça. Tem a possibilidade de teorizar formas alternativas e formatos de intervenção que podem abraçar a incerteza, a ambiguidade e complexidade, e ainda manter um compromisso moral e político para acabar com o subdesenvolvimento. Para ser contra o gerencialismo não é preciso que sejamos contra a modernidade, ou mesmo ser contra a gestão do desenvolvimento. O futuro da gestão de desenvolvimento pode e deve ser radicalmente reformistas. (GULRAJANI, 2009, p. 28)

Diante de todas estas tendências e da complexidade que esta década aponta para o século XXI, nossa percepção é que o futuro da gestão demanda prioritariamente uma reformulação nos modelos de racionalidade. Só conseguiremos vencer os desafios da gestão saindo da racionalidade utilitária e hedonista que existe atualmente, e caminhando para uma nova razão imbuída de um valor moral e que aceite a diversidade vigente no mundo. Esta proposta já está elaborada na razão substantiva de Guerreiro Ramos, ou na razão comunicativa de Habermas, ou mesmo no neopragmatismo de Richard Rorty. Mas que ainda são temas marginais da discussão da gestão, diante do predomínio de uma visão funcionalista da gestão (CALDAS, 2005).

Se o futuro da gestão passa pela reformulação de suas bases subjetivas, que levam a uma nova prática num ambiente complexo, defendemos que a gestão do futuro seja ancorada na *Administração do Desenvolvimento*, como campo de conhecimento dentro da Administração.

Para que isto se consolide a gestão do futuro deve se preocupar não só com a técnica e com a epistemologia, mas fundamentalmente com os valores. De acordo com Platão o mundo se constitui com três formas de conhecimento: a *Technê*, a *Episteme* e a *Phrónesis*. A *Episteme* denota o conhecimento em estado puro (ciência), a *Technê* se refere à capacidade de produzir um objeto por meios racionais (tecnologia) e a *Phrónesis* é o saber com valor, ou seja, a sabedoria prática. Até hoje, a administração profissional esteve preocupada fundamentalmente com a *Technê*, em seu sentido pragmático. Alguns avanços substanciais têm sido alcançados na discussão epistemológica, nos conduzindo para o aprofundamento da administração como uma ciência. Entretanto, a gestão do futuro exige que os valores sejam o pronto prioritário da gestão, proporcionando o desenvolvimento real, sustentável, socialmente responsável e com equidade. E o futuro da gestão exige a conformação de novos campos, como a Administração do desenvolvimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo foi responder uma pergunta básica: justifica-se um campo de conhecimento dentro da Administração para investigar as questões de desenvolvimento? Pelo que foi exposto, tudo nos leva a pensar que precisamos de uma Administração consciente e não alienada, inovadora e não prescritiva, flexível e não rígida, acolhedora e não excludente, revolucionária e não conservadora. É necessária a convicção de que podemos compreender bem melhor a nossa realidade, rompendo, pelo menos parcialmente, com os esqueletos teórico-metodológicos produzidos externamente. É importante interiorizar que a Administração é uma relação social política que impõe autoridade, poder, hierarquia, subordinação, cujas formas podem variar entre autocráticas, burocráticas ou democráticas em que alguns fazem as regras e outros as seguem.

Na prática, não existe neutralidade administrativa, o que existe, é uma lógica que segue os valores de quem conduz o processo, historicamente já comprovado mediante os modelos de sociedades pelos quais caminha a humanidade (agrícola, industrial e conhecimento). A academia não pode ficar presa ao mito da neutralidade de apenas observar, expor e explicar as mazelas da sociedade e imaginar que as tarefas de encaminhar, aconselhar e dirigir são atos inferiores e que devem ficar apenas sob a responsabilidade da esfera política. O propósito é que devemos *Pensar e Agir* a um só tempo e contrapor, se acaso for, a tudo que vem sendo praticado. Administração é um meio pelo qual uma determinada sociedade torna produtivos seus próprios valores e crenças. A Administração precisa trazer para si a responsabilidade da construção de uma proposta alternativa aos resultados alcançados em todo mundo, de forma a conduzir a direção do nosso destino, até aqui orientado pela Economia.

Novas formulações teóricas precisam ser concebidas dentro do campo da Administração, a exemplo dos conceitos de Administração Política, Administração do Estado, Administração Regional, Administração Social, Administração da Diversidade e, sobretudo, *Administração do Desenvolvimento*. Este é um campo completamente inexplorado que requer vasta revisão de literatura dentro e fora da Ciência da Administração com a finalidade de construir o sistema conceitual que permita explicar e compreender a sociedade atual e a sociedade do futuro.

Assim, consideramos mais do que necessário um campo específico na administração para as questões do desenvolvimento, a *Administração do Desenvolvimento*. Mas, é fundamental reformular estratégias que resgatem a dimensão de visão de futuro, no sentido de responder às seguintes questões: O QUE O PAÍS QUER SER e AONDE PRETENDE CHEGAR? Para isso, é preciso reinvenção do planejamento governamental com critérios bem definidos de participação, transparência, eficiência e desempenho, caracterizados por fluidez, agilidade e inovação. A *Administração do Desenvolvimento* deve ser cada vez mais uma questão de interesse público e não um assunto reservado aos “peritos” ou a um determinado mandato político. Deve ser uma política de Estado e não simplesmente uma ação de governo. Esperamos, diante do exposto, que possamos receber as críticas e as contribuições da comunidade científica quanto às inquietações aqui pontuadas com a finalidade de consolidar essa necessária disciplina.

6. REFERÊNCIAS

BOISIER, Serge. “Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica?”. IN: *Redes* (Santa Cruz do Sul), vol. 8, n. 1, pp. 9-42, jan/abr. 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Economia e Administração: Mercado e Poder. São Paulo: *Revista de Administração de Empresas- RAE/FGV*, v. 19, out-dez 1979.

_____. *O Estado Necessário Para a Democracia Possível da América Latina*. Em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09>. Acesso em 01/03/2010.

CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988

CALDAS, Miguel. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. São Paulo: *RAE/FGV*, v.45, n.1, Jan./mar.2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As Idéias e Seu Lugar: Ensaio Sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

CASTELLS, M. e IPOLA, E. *Prática epistemológica e ciências sociais*. Porto: Edições Apontamento, 1978

CHANLAT, J.F. *Ciências sociais e management – reconciliando o econômico e o social*. São Paulo: Atlas, 2000.

COOKE, Bill. Gerenciamento do Terceiro Mundo. São Paulo: *RAE*, v. 44, n. 3, 2004.

DLAMINI, Musa P. From Development Administration to The Developmental State: Challenges for African Countries. African Association for Public Administration and Management. 2008.

DOWBOR, Ladislau. *Crises e oportunidades: uma agenda de mudanças estruturais*. São Paulo: Instituto Paulo Freire e BNB, 2010. (texto de apoio). Disponível em < http://dowbor.org/riscos_e_oportunidades.pdf >

ESCOBAR, Arturo. Economics and the Space of Modernity; tales of Market, Production and labour. In: *Cultural Studies*. Vol.19, No 2 March 2005, pp 130-175. Disponível em < <http://www.unc.edu/~aescobar/>>.

ESTEVA, Gustavo. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FISCHER, Tânia. *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

_____. *Gestão do desenvolvimento social de territórios*. Salvador: O&S, v. 15, n. 45, abril-jun, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando seu objeto. In: SANTOS, Reginaldo (Org). *A administração como campo do conhecimento*. São Paulo: Mandacaru, 2004.

FURLANETTO, Egidio Luiz. Instituições e Desenvolvimento Econômico: a importância do capital social. *Revista Sociologia Política*, v. 16, p. 55-67, ago. 2008

FURLANETTO, Egidio L. Reflexões Teóricas sobre o Desempenho das Instituições Econômicas do Capitalismo. *Anais... 30º Encontro do ANPAD*, Salvador-BA, 2006.

FURTADO, Celso. *Brasil – a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GERALD, C.; CARAVANTES, G. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: Educs, 1988.

GIL, A.C.; OLIVA, E. C.; NOVAES & SILVA, E. C. Como Investigar no Campo da Regionalidade. *Anais... Salvador, Encontro de Administração Pública e Governança, EnAPG, ANPAD*, 2008.

GULRAJANI, Nilima. *The Future of Development Management: Examining possibilities and potential*. London: Development Studies Institute, may 2009.

HAQUE. M. Shamsul. Rethinking development administration and remembering Fred W. Riggs. *International Review of Administrative*. (767-773), 2010.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

JREISAT, Jamil. Administration, globalization, and the Arab States. *Public Organization Review*, n.9, p. 37-50, 2009.

KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LOPES, Carlos; SACHS, Ignacy; DOWBOR, Ladislau. *Crises e oportunidades: uma agenda de mudanças estruturais*. São Paulo: Instituto Paulo Freira, 2010.

MARTINS, Humberto Falcão. Administração Para o Desenvolvimento: A relevância em busca da disciplina. *Revista Governança & Desenvolvimento*, n. 1, abril 2004.

MATOS, E. A. O Programa "Aliança para o Progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. in: Simpósio Internacional Processo Civilizador, 11., 2008, Buenos Aires. *Anais... Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires*, 2008.

MOTTA, Paulo Roberto. Administração Para o Desenvolvimento: A disciplina em busca da relevância. *Revista de Administração Pública (RAP)* jul/set 1972

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. *Metodologia do Trabalho Científico: Teoria e Prática*. Editora Forense, Rio de Janeiro, 2002.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Administração e Contexto Brasileiro - Esboço de uma Teoria Geral da Administração*. Rio de Janeiro: FGV, 1983 .

RIGGS, Fred. *Administração em Países em Desenvolvimento: A Teoria da Sociedade Prismática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1968.

RIST, Gilbert. *Le Developement: une històire de croyance occidentale*. Paris: Presses de Science Po. 2001.

SANTOS, Reginaldo Souza. *A Administração Política Como Campo do Conhecimento*. São Paulo: Mandacaru, 2004.

_____. *Manifesto da Administração Política para o desenvolvimento*. Salvador: UFBA, 2010.

SARAVIA, Enrique. A Nova Administração Para o Desenvolvimento. *Anais... IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Adminstración*, Madrid, España, 2- 5 Nov. 2004.

SIMON, Herbert A. *Comportamento Administrativo*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

SLOMSKI, MELLO, TAVARES & MACÊDO. *Governança Corporativa e governança na Gestão Pública*. São Paulo: Atlas, 2008.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

TENÓRIO, Fernando (org.). *Gestão Social: metodologias e casos*. RJ: FGV, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel M. *Após o liberalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

ⁱ Definimos Epistemologia, ou teoria do conhecimento, como um ramo da filosofia que estuda os problemas relacionados à crença e ao conhecimento, preocupada com os princípios e os métodos do saber científico, portanto, uma teoria da ciência. Desta forma, a Administração como um campo particular das Ciências Sociais Aplicadas possui uma epistemologia específica, nem completamente autônoma, nem totalmente dependente dos outros campos científicos, interagindo com diversos ramos das Ciências Humanas e Sociais. (CASTELLS, IPOLA, 1978)

ⁱⁱ A discussão epistemológica da administração pode ser aprofundada a partir de algumas referências: 1) a Série RAE-Clássicos, 2005, discute os paradigmas da área a partir do modelo de Burrell e Morgan (CALDAS, 2005), transformada posteriormente no livro Teoria da Organização (Ed. Atlas); 2) na série Análise das Organizações - Perspectivas Latinas (Ed. UFRGS), encontram-se avanços nas discussões contra-hegemônicas de países de línguas latinas; 3) no *Handbook* de Estudos Organizacionais, focado prioritariamente em discussões anglo-saxônicas; 4) importantes avanços na discussão nacional são encontrados nos anais do EnANPAD, na subseção EPQ (Ensino e Pesquisa em Administração); 5) e na Revista Brasileira de Administração Política - REBAP.

ⁱⁱⁱ O início dos anos 1950 representa um momento de amadurecimento político e técnico sobre as condições de indução de desenvolvimento econômico brasileiro. Um exemplo foi a criação, em 1953, de um grupo misto de economistas do BNDE e da CEPAL para desenvolver uma série de estudos direcionados a um programa de desenvolvimento brasileiro. Este grupo buscou avançar além dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, encerrada em 1953, diante dos conflitos de interesses dos dois países pelas questões do petróleo, do café e do sistema protecionista do governo de Getúlio Vargas. (IANNI, 2009, p. 119-141)